

AÇORIANIDADE:
LITERATURA, POLÍTICA,
ETNOGRAFIA (1880-1940) ¹

João Leal

Partindo de um texto pouco conhecido de Vitorino Nemésio — *Le Mythe de Monsieur Queimado* — o presente artigo procura interrogar alguns dos ensaios mais representativos que entre 1880 e 1940 deram corpo à procura de um rosto identitário para os Açores. Embora oriundos de diferentes espaços discursivos — literatura, política, etnografia —, esses ensaios possuem em comum um certo número de constantes, entre as quais se conta o peso de um conjunto de asserções sobre o povo, sobre raízes étnicas e sobre cultura. Procedendo à sua análise, o artigo confere particular ênfase a três temas centrais recorrentemente presentes na argumentação da especificidade dos Açores: a etnogenealogia, a psicologia étnica e a “objectificação” da cultura popular açoriana.

Vitorino Nemésio e *Le Mythe de Monsieur Queimado*

Le Mythe de Monsieur Queimado é um texto relativamente pouco conhecido de Vitorino Nemésio, escrito em francês em 1940, aquando da estada de Nemésio em França, onde ensinou durante algum tempo história da literatura portuguesa. O texto — que não deixa de evocar alguns escritos de Jorge Luis Borges ou de Bruce Chatwin — é a narrativa do encontro, durante uma viagem aos Açores, entre um jovem viajante — Nemésio ele mesmo — e Monsieur Queimado — um heterónimo de Nemésio, “travestido” em naturalista e baptizado com uma das designações populares (queimado) dada nos Açores ao milhafre (a ave que, tendo sido confundida pelos primeiros descobridores com o açor, esteve na origem da designação dada ao arquipélago).

O encontro entre o narrador e Monsieur Queimado — “un jeune homme naïf” (Nemésio 1986a: 404), “beaucoup plus poète qu’homme de science” (*id.*: 406) — começa por ter lugar num barco que circula entre as ilhas — “un de ces petits paquebots qui font la croisière des Açores en ancrant le soir dans une île pour repartir le lendemain en quête d’une autre” (*id.*: 404) — e prossegue depois na Terceira, terra natal de Nemésio. No seu decurso, Monsieur Queimado, ao mesmo tempo que vai comentando a paisagem, o solo, a flora e a fauna açorianas — acentuando sempre as suas particularidades — desenvolve uma teoria sobre a peculiaridade do *Homo açorensis* baseada numa

conviction purement vitale e arbitraire sur la singularité tellurique de son pays et, par là, sur l’isolement farouche et présomptueux de sa nature. [...] L’idée d’une Atlantide engloutie dans les eaux, dont les Açores, les Canaries, Madère et Cap Vert n’eussent été que les sommets d’une cordillère affaissée, le mettait

¹ Uma versão relativamente preliminar deste texto foi apresentada no âmbito do mestrado em “Antropologia: Patrimónios e Identidades” (ISCTE, 1996/97). Agradeço a todos os participantes no mestrado e, em particular, ao Daniel Seabra Lopes — que teve a seu cargo a ingrata missão de comentar “no escuro” dois textos de Vitorino Nemésio — as interrogações e sugestões formuladas. O Joaquim Pais de Brito e o António Medeiros tiveram, pelo seu lado, a paciência de ler e comentar a versão pré-final do artigo.

en colère, car elle ruinait la possibilité d'une structure açoréenne autonome et le mythe de l'homme açoréen sans ancêtres, le mythe de Monsieur Queimado (*id.*: 406).

Ora bem: mais para além do seu valor propriamente literário ², *Le Mythe de Monsieur Queimado* pode ser encarado como a expressão, no quadro de um registo literário dotado de alguma especificidade, de uma constante não apenas da produção de Nemésio, mas de um conjunto significativo de outros intelectuais açorianos do período que medeia entre 1880 e 1940: o estabelecimento dos factos e argumentos susceptíveis de fundar os Açores como um espaço marcado pela peculiaridade e pela diferença. Nesse sentido, uma parte significativa da história intelectual dos Açores pode ser vista como uma sucessão de vários "mitos de Monsieur Queimado" que gradualmente vão "inventando" (Hobsbawm & Ranger 1983) ou "imaginando" (Anderson 1991) a identidade dos Açores.

São alguns desses mitos — ou, para utilizar a terminologia proposta por James Fernandez, algumas dessas "narrativas de identidade provincial" (Fernandez 1994) — que este artigo se propõe passar em revista. Neles, "Monsieur Queimado" muda várias vezes de nome: Arruda Furtado, Montalverne Sequeira e Aristides da Mota, Luís Ribeiro e, claro, Vitorino Nemésio ele próprio. Essas mudanças de nome são também acompanhadas por mudanças de espaços discursivos. Arruda Furtado, embora ocasional praticante da etnografia e da antropologia física, é um naturalista — como Monsieur Queimado. Montalverne Sequeira e Aristides da Mota, por seu turno, são políticos. Com Luís Ribeiro, vemo-nos confrontados com uma reflexão que, embora apoiada sobretudo na etnografia, se desenvolve também no espaço da história e da intervenção política. Vitorino Nemésio, por fim, fala a partir da literatura e do ensaísmo de cunho literário.

Apesar destas diferentes origens disciplinares, entretanto, todos estes autores partilham não apenas o mesmo campo de preocupações genéricas, mas também um certo número de constantes na maneira como lhes dão corpo.

Assim, e em primeiro lugar, todos eles fazem sua uma aproximação à identidade açoriana marcada pela centralidade dos temas da unidade e da diferença. A afirmação dos Açores como um espaço unitário envolve, pelo seu lado, a gestão integradora dos factores de diferenciação interna do arquipélago. Essa operação — dada a descontinuidade geográfica dos Açores, a diversidade das suas culturas locais e a inexistência, ao longo do período considerado, de sentimentos generalizados de reconhecimento e identificação com a realidade regional ³ — é susceptível de se revelar — como teremos ocasião de ver — uma

² Para uma aproximação a "Le Mythe de Monsieur Queimado" do ponto de vista dos estudos literários, cf., por exemplo, Pires 1988.

³ São a este respeito extremamente significativas as observações de Walker Connor em *When is a Nation?* (1990). Apoiando-se em dados referentes às declarações prestadas por emigrantes europeus à sua chegada aos EUA entre 1840 e 1915, Connor escreve o seguinte acerca dos emigrantes portugueses: "most came from Azores and other islands. Identity did not usually extend even to an archipelago but was limited to a specific island. Differences in regional accents were quite great and there was often intense animosity among groups" (Connor 1990: 95).

operação delicada. Quanto à diferença, ela tenderá a ser preferencialmente enunciada por referência ao todo nacional, num processo marcado por um movimento de transformação da distância geográfica dos Açores em relação ao continente — encarada “ressentidamente” (Cordeiro 1995: 278) e como uma desvantagem — numa distância de natureza mais substancial em relação ao resto do país — vista, inversamente, como um traço positivo e assumido com orgulho.

Interessados em fixar desta forma a identidade dos Açores, todos estes autores — em segundo lugar — irão desenvolver a esse respeito uma argumentação que, pese embora as suas diferentes origens, converge em torno daquilo que poderíamos designar de uma “etnografia espontânea” dos Açores: um conjunto de asserções de forte orientação etnocultural em que conceitos e ideias sobre o povo, sobre raízes étnicas e sobre cultura ocupam um lugar relevante. Sendo o objectivo comum afirmar a unidade e a diferença dos Açores, a cultura é, nesse quadro, um argumento decisivo. Deste ponto de vista, o caso açoriano — apesar das suas particularidades — possui bastantes semelhanças com o caso do Quebec, analisado por Richard Handler (1988). De facto não só a insistência na cultura é a mesma, como os discursos identitários que a partir dela são construídos podem ser vistos como situados a meio caminho entre a “ideologia” — neste caso a ideologia regionalista — e formulações de ressonância supostamente mais “científica”, nomeadamente de cunho etnográfico ou antropológico⁴.

Essa “etnografia espontânea”, por fim, obedece a *leit motifs* eles próprios recorrentes e que apresentam fortes similitudes com aquilo que, no seu estudo clássico sobre o nacionalismo, Anthony Smith classificou como o modelo etnogenealógico de construção da nação (Smith 1991)⁵. Embora numa escala diferente — a de uma região —, é de facto possível detectar nos sucessivos “mitos de Monsieur Queimado” que passaremos em revista uma forma de pensar a identidade regional, a qual, à semelhança das concepções etnogenealógicas referidas por Smith, valoriza os Açores como uma comunidade de descendência e como um corpo de natureza étnica, baseado em costumes populares próprios e numa maneira de ser distinta.

A aplicação desse modelo pelos intelectuais açorianos reserva antes do mais um lugar importante à etnogenealogia no sentido mais estrito da palavra, isto é, a argumentos baseados na reconstituição de um *pedigree* étnico que seria próprio dos Açorianos e que seria responsável em grande medida pela sua identidade. E assenta, em segundo lugar, numa valorização muito forte da especificidade da psicologia étnica açoriana. Próprio dos Açores seria um tem-

⁴ Este aspecto etnocultural dos discursos de identidade regional nos Açores tem sido sublinhado, entre outros autores, por Carlos Enes (1996) e Carlos Cordeiro (1995).

⁵ Como se sabe, Smith distingue o modelo etnogenealógico do modelo cívico-territorial da nação. Enquanto neste último a nação é vista essencialmente como uma comunidade baseada em critérios de pertença como o território ou o direito, no primeiro caso o acento é posto em critérios de natureza etnocultural em que a descendência comum e a existência de uma cultura vernacular própria ocupam um lugar determinante. Esta distinção retoma diferenciações de sentido similar recorrentes em diversos autores que têm escrito sobre nacionalismo.

peramento, uma maneira de ser, um certo número de constantes de carácter, presentes em particular nas camadas populares, que distinguiriam de forma clara os Açorianos dos restantes cidadãos portugueses. Este peso da psicologia étnica na construção dos Açores como um espaço identitário pode ser visto em termos idênticos aos sugeridos por Louis Dumont e retomados por Richard Handler a propósito da nação moderna. Tal como esta, a região de que falam as diferentes narrativas que passaremos em revista tende a ser vista como um “indivíduo colectivo” (Dumont 1983), que pode ser descrito, caracterizado ou evocado como uma entidade “that can be said to have a soul, spirit, or personality” (Handler 1988: 41).

Uma falsa partida: Arruda Furtado

Se quisermos ser rigorosos, podemos dizer que a história desses mitos começa mal. Em 1884, Arruda Furtado (1854-1887) — um naturalista micaelense, estabelecido em Lisboa, que marcou de forma significativa as ciências naturais da segunda metade do século XIX em Portugal — publica um texto intitulado *Materiais para o Estudo Antropológico dos Povos dos Açores. Observações sobre o Povo Micaelense* (1884), que pode ser visto como a primeira tentativa de pensar o problema da especificidade açoriana de um ponto vista antropológico. De facto, embora a antropologia para que nos remete o título do ensaio seja sobretudo a antropologia física oitocentista, Arruda Furtado desenvolve ao longo do texto um conjunto de argumentos de natureza mais etnográfica, que fazem dele um marco seminal na discussão em torno da especificidade etnocultural dos Açores.

Só que, como uma leitura mais atenta do título do ensaio põe em evidência — *Materiais para o Estudo dos Povos dos Açores* (sublinhado meu) e não “do Povo dos Açores” —, Arruda Furtado coloca o problema para imediatamente o afastar. De facto, segundo ele, seria impossível falar, de um ponto de vista etnológico, do povo açoriano como uma realidade unificada. “Etnologicamente, o homem açoriano está diferenciado”, escreve a esse respeito Arruda Furtado (1884: 2). Constituído a partir de populações oriundas de diferentes regiões do continente e “diferindo entre si os habitantes das diversas províncias de Portugal”, os Açores apresentariam também “diferenças semelhantes entre as suas diversas ilhas” (*id.*: 23) e no interior de cada uma delas. Seria, portanto, impossível falar da cultura açoriana como um todo. Daí que no seu ensaio — como de resto sugere o subtítulo *Observações sobre o Povo Micaelense* — ele opte pela exclusiva caracterização da população de São Miguel, procedendo, aqui e além, a contrastes com outras ilhas que visam tornar claras as diferenças entre a população micaelense e os restantes “povos” açorianos.

A sua caracterização da cultura micaelense não é, pelo seu lado, particularmente entusiástica. Argumentando com o isolamento geográfico dos Açores — de uma forma que possui inequívocas referências darwinistas

importadas da sua formação de naturalista —, Arruda Furtado defende que o facto de os Açorianos em geral e dos Micaelenses em particular terem “sido separados do continente na chamada época gloriosa da história portuguesa, numa época em que [...] uma corrente de novas e grandes ideias circulava em todo o país” (*id.*: 24), o facto de terem sido “sequestrados inteiramente a essa corrente de pensamentos novos e abandonados para aqui [*sic*]” (*id.*, *ibid.*), teria tido consequências negativas sobre a cultura dos povos açorianos. Seria justamente o que se passaria no caso de São Miguel, ilha em relação à qual a análise de Arruda Furtado parte do “pressentimento” de que, devido ao isolamento “e pela falta de cruzamentos generosos, [...] os camponeses devem estar muito mais atrasados na sua constituição mental com respeito ao resto do povo português [...] e devem possuir [...] sentimentos muito primitivos” (*id.*: 25). Confirmando esse seu “pressentimento” inicial, o ensaio de Arruda Furtado traça de seguida uma panorâmica do camponês micaelense pontuada de referências críticas muito severas ao seu “estado psicológico actual” (*id.*, *ibid.*) que conclui de forma particularmente desanimadora:

estamos em face de um povo sem instrução, com os sentimentos mais grosseiros, servindo nos seus quatro séculos de existência a uma completa exploração. Encontrando facilmente na cultura rotineira do solo os recursos de que carecem e uma emigração fácil no caso contrário, nada os obriga a desenvolver a sua inteligência curta, e são, para o encobrir, excessivamente manhosos, condição que acusam imediatamente no falar ronco, mastigado, e respondendo sempre vagamente ao que se lhes pergunta. Sem dúvida, como por toda a parte, encontra-se inteligências notáveis nos nossos cavadores, mas é extremamente raro e o camponês micaelense é essencialmente cabeçudo (*id.*: 43).

Isto é: segundo Arruda Furtado, não só não pode falar-se de unidade etnológica dos Açores, como o estudo concreto do povo micaelense sugere que a diferença dos povos açorianos em relação a Portugal continental seria não uma fonte de orgulho, mas um motivo de profunda consternação. Convenhamos que — do ponto de vista daquelas que vimos ser duas das condições básicas para a construção de um discurso de identidade regional (a unidade interna e a diferença em relação ao exterior valorada positivamente) — o ensaio de Arruda Furtado não representa propriamente um bom princípio.

Só que a opinião de Arruda Furtado a este respeito parece não coincidir com a opinião dominante entre muitos outros intelectuais açorianos oitocentistas. Alguns deles, desde os anos 20 do século XIX, tinham vindo a desenvolver esforços orientados num sentido contrário aos empreendidos por Arruda Furtado, sugerindo, por um lado, a unidade etnocultural dos Açores, e, por outro, transformando a “ressentida” distância geográfica em relação ao continente numa diferença cultural valorizada positivamente. Esses esforços começam por tomar corpo, na sequência da Revolução Liberal, nas obras de João Soares d’Albergaria e Sousa (1796-1875) e de José de Torres (1827-1874), onde é já visível a preocupação de sublinhar a singularidade açoriana quer ao nível da

etnogenealogia, quer no tocante à psicologia étnica⁶. Mas será sobretudo no quadro do chamado primeiro movimento autonomista — como têm mostrado um conjunto de investigações recentes⁷ — que esses esforços se tornam mais relevantes.

Os movimentos autonomistas micalenses e a identidade açoriana

Desenvolvendo-se a partir dos anos 90 do século XIX, o primeiro movimento autonomista é usualmente considerado como um dos factos políticos maiores da história açoriana do final de Oitocentos. Ligado a figuras como Aristides da Mota (1855-1942) e Montalverne Sequeira (1859-1931) — que foram os seus principais ideólogos —, o movimento desenvolve-se sobretudo em São Miguel e tem sido visto como a expressão do descontentamento de certos sectores da burguesia micalense perante uma conjuntura de crise ligada ao fim de um ciclo económico de prosperidade centrado na laranja e na baleia. A procura de soluções alternativas — baseadas na criação de novas indústrias locais como o álcool e o tabaco — e a reivindicação da diminuição da carga fiscal encontraram entretanto resistência por parte do poder central. Será essa resistência que irá despoletar o desenvolvimento do movimento, que — tendo como palavra de ordem a “livre administração dos Açores pelos Açorianos” — fará da autonomia político-administrativa em relação ao poder central a sua reivindicação principal.

Embora o movimento tenha uma expressão fundamentalmente política, os seus ideólogos desenvolverão em torno da reivindicação da autonomia uma incipiente reflexão de natureza mais ampla, em que o tema da identidade própria dos Açores é recorrentemente abordado. Dada a natureza das reivindicações avançadas e das razões subjacentes ao programa autonomista, essa especificidade começa por ser justificada do ponto de vista da geografia e da economia. Seriam, antes do mais, a distância e a descontinuidade geográficas dos Açores em relação ao continente, combinadas com a existência de problemas económicos próprios no arquipélago, a aconselharem soluções político-administrativas mais descentralizadas. Mas — como sublinhou Carlos Enes (1996: 37) — simultaneamente a estas razões mais “práticas” a autonomia açoriana é já então argumentada de um ponto de vista etnocultural, com os temas da etnogenealogia e da psicologia étnica a ocuparem um lugar de alguma importância.

De facto, em alguns dos textos de Aristides da Mota, a especificidade em nome da qual se reclama a autonomia dos Açores é argumentada a esses dois níveis. Do ponto de vista etnogenealógico, a diferença dos Açores assentaria no facto, por um lado, de a sua população “provir originariamente [...] de diversas nacionalidades” (Mota 1987: 15). Já avançado por Soares d’Albergaria — e parcialmente retomado, para o caso de São Miguel, por Arruda Furtado —, este

⁶ Cf., a este respeito, Leite 1983 e 1990, João 1991: 228-233 e Enes 1996: 34-35.

⁷ Cf., em particular, João 1991 e 1991-92, Cordeiro 1994, Leite 1994, Enes 1996.

argumento contém uma alusão à suposta contribuição de populações flamengas e bretãs para o povoamento inicial do arquipélago⁸. Por outro lado, este cosmopolitismo inicial dos Açorianos projectar-se-ia para a actualidade, uma vez que a população açoriana do século XIX seria ainda fortemente marcada pela importância “das relações com povos de outras raças, especialmente devidos à emigração” (*id., ibid.*)⁹. Seria esta etnogenealogia específica — conjugada com outros factores, designadamente de ordem geográfica — que tornaria à partida os Açorianos diferentes dos restantes portugueses. Essa diferença teria uma das suas melhores expressões no plano da psicologia étnica. De acordo com Aristides da Mota, poderia falar-se, a propósito dos Açores, não apenas de uma comunidade de “interesses, tradições, costumes, aspirações próprias e peculiares, tão diferentes da metrópole quanto dela os Açores distam” (1994: 160, sublinhado meu), como, de forma mais decisiva, de uma homogeneidade “de hábitos de vida material e mental, um modo de ser da consciência individual e colectiva sensivelmente diferentes dos da população portuguesa continental” (*id., ibid.*).

Embora insipiente, o discurso etnocultural desenvolvido no quadro do primeiro movimento autonomista possuía características algo radicais. O que se sublinhava era as diferenças dos Açores em relação a Portugal. O seu regionalismo pode nessa medida ser visto — em relação ao todo nacional — como um regionalismo mais exclusivo do que inclusivo. Essa sua característica é, aliás, sublinhada pelo modo como, no plano político, alguns autonomistas aventavam a hipótese de separação dos Açores de Portugal sob tutela norte-americana.

Essa radicalidade de posições reencontra-se, de forma ainda mais acentuada, no segundo movimento autonomista, que se desenvolve, mais uma vez a partir de São Miguel, nos anos do pós-guerra e que terá os seus pontos altos em 1921 e 1925. Facilitado pelo clima de crise política existente a nível central e ligado à permanência de problemas estruturais na economia das ilhas — em particular em São Miguel — esse movimento deve também ser visto como o resultado da euforia desenvolvimentista que se tinha instalado em São Miguel na sequência da presença americana durante a I Guerra Mundial. Tendo tido reflexos positivos para a ilha, essa presença será utilizada para demonstrar a existência de caminhos alternativos para a política e para a economia açorianas fora do quadro de dependência político-administrativa em relação a Lisboa. A reivindicação da autonomia é de novo relançada e, simultaneamente a ela, ganham agora maior vigor as formulações que sugerem o separatismo sob tutela dos EUA¹⁰.

⁸ A intervenção flamenga no povoamento dos Açores — designadamente nas ilhas do grupo central — está hoje razoavelmente bem demonstrada. Quanto à suposta intervenção bretã na colonização de São Miguel — defendida em particular por Arruda Furtado (1884) —, apoia-se em bases extremamente frágeis e tem sido recusada pela historiografia açoriana mais sólida.

⁹ Como sublinhou Carlos Enes, Aristides da Mota retoma argumentos presentes na historiografia açoriana da primeira metade do século XX, com particular destaque para Soares d'Albergaria (Enes 1996: 37).

¹⁰ Entre outros autores, cf. João 1991 e 1991-92, e Enes 1996, para uma análise mais detalhada do segundo movimento autonomista.

Luís Ribeiro e “Os Açores de Portugal”

Esta tendência não deixou de suscitar resistências em círculos intelectuais doutras ilhas, designadamente na Terceira, cuja relação não apenas com o segundo mas também com o primeiro movimento autonomista tinha sido sempre de alguma distância. De facto, embora falando sempre em nome dos Açores e procurando alargar o movimento para a Terceira e para o Faial, os autonomistas micaelenses tinham enfrentado reservas ou indiferença nos círculos políticos e intelectuais dominantes nessas duas ilhas ¹¹.

É nesse quadro de distâncias e reservas em relação às teses micaelenses que a reflexão sobre a identidade dos Açores conhecerá um conjunto de novos desenvolvimentos, que terão como protagonista principal o terceirense Luís Ribeiro (1882-1955). Fundador e primeiro director do Instituto Histórico da Ilha Terceira, e, posteriormente, do Museu de Angra do Heroísmo, Luís Ribeiro é usualmente considerado como o etnólogo por excelência dos Açores, sendo autor de uma volumosa obra etnográfica dispersa por inúmeras recolhas, ensaios e artigos. Além desse seu interesse pela etnografia, Luís Ribeiro — uma das figuras cimeiras da cultura açoriana do século XX — cultivou também a história e teve igualmente uma intervenção activa em matéria política, expressa não apenas nos diversos cargos públicos que ocupou, mas também em inúmeros artigos de opinião que escreveu para jornais terceirenses ¹².

Tendo uma posição de reserva e distância em relação aos autonomistas micaelenses, Luís Ribeiro irá consagrar à questão autonómica um certo número de textos (cf., em particular, Ribeiro 1996). Entre esses textos, um deles — escrito em 1919 — é particularmente importante: *Os Açores de Portugal* (Ribeiro 1983b). Produzido inicialmente sob a forma de uma conferência proferida na Associação de Classe dos Empregados de Comércio de Angra do Heroísmo, *Os Açores de Portugal* foi depois julgado suficientemente importante pelo seu autor para ser objecto de uma edição própria. A justificação dada pelo próprio Luís Ribeiro para o facto é bastante elucidativa. Depois de afirmar que não tem por hábito a publicação de conferências, Luís Ribeiro explica as razões que o levaram a abrir esta excepção:

porque, pensando sobre a independência açoriana por modo diverso de muitos dos meus patrícios e estando convencido de que o meu modo de pensar é verdadeiro, julgo um dever não o ocultar ou não limitar o seu conhecimento ao número restrito dos [...] ouvintes da conferência; e porque não quero que passe sem o protesto de um açoriano português o que se diz acerca da nossa independência e do papel que alguns nela pretendem confiar aos Estados Unidos da América (Ribeiro 1983b: 1).

¹¹ As razões para essas resistências, de acordo com Isabel João, teriam sobretudo a ver com o “bairrismo ilhéu”, assente, por um lado, “nas condições inerentes à insularidade e, por outro, na falta de articulação do espaço económico” e administrativo açoriano (João 1991: 241).

¹² A obra de Luís Ribeiro tem vindo a ser reeditada pelo Instituto Histórico da Ilha Terceira (Ribeiro 1982a, 1983a, 1983f e 1996). Infelizmente não dispomos ainda de um estudo de conjunto desta obra, em particular da sua vertente etnográfica. Para abordagens mais parcelares de Luís Ribeiro, vejam-se os estudos reunidos no volume *In Memoriam de Luís da Silva Ribeiro* (VVAA 1982) e a introdução de Carlos Enes ao IV Volume das *Obras* de Luís Ribeiro (Enes 1996). Para uma análise do envolvimento de Luís Ribeiro no processo de criação do Museu de Angra de Heroísmo veja-se Ormonde 1996.

De facto, como o próprio título — *Os Açores de Portugal* (sublinhado meu) — se encarrega desde logo de sugerir, o grande objectivo do ensaio é o de contrapor a uma reflexão sobre os Açores de alguma forma marcada pela tentação separatista — como era aquela produzida pelos intelectuais micaelenses do primeiro e segundo movimentos autonomistas — uma reflexão sobre os Açores capaz de reinscrever a sua especificidade num quadro — chamemos-lhe assim — mais português. Nessa viragem, dois factores principais parecem ter pesado. Por um lado — como já foi referido — a hostilidade da intelectualidade terceirense às formulações mais radicais dos autonomistas micaelenses. Por outro — e este será talvez o factor mais decisivo —, o clima intelectual de nacionalismo cultural característico da I República (cf. Ramos 1994) e o modo como ele possibilitava uma gestão mais integrada da pulsão regionalista no interior de um quadro ideológico de inspiração nacionalista ¹³.

Procurando recuperar a dimensão portuguesa da especificidade açoriana, Luís Ribeiro irá conferir aos temas da etnogenealogia e da psicologia étnica — tratados de forma ainda algo insipiente pelos ideólogos autonomistas micaelenses — um lugar central. O tratamento concreto que ele lhes dá irá entretanto introduzir — em função desse “reaportuguesamento” da análise — um conjunto de significativas inflexões relativamente ao modo como eles tinham sido inicialmente trabalhados pelos autonomistas micaelenses.

Assim, no plano da argumentação etnogenealógica, a especificidade dos Açores é agora vista não como o resultado da mistura do elemento português com elementos de outras proveniências, mas como o resultado da fixação no solo açoriano de um tipo português específico: o português de Quatrocentos, isto é, o português da grande epopeia dos Descobrimentos, o português no auge das suas faculdades criativas como povo. De facto, segundo Luís Ribeiro, embora a colonização dos Açores se tenha feito com a contribuição de “elementos étnicos diferentes, entre os quais o flamengo” (*id.*: 3), o facto não invalida que haja nos Açores

um notável predomínio do elemento português que foi o que entrou em maior número [...]. Entre todos os colonos o maior número era de portugueses, sendo relativamente pequena a influência estrangeira sobre o subsequente desenvolvimento da colónia, como o demonstram os costumes genuinamente portugueses, a língua e a persistência de certas tradições eminentemente nacionais (*id.*: 3-4).

Sublinhando a importância da influência portuguesa na etnogenealogia dos Açores, Luís Ribeiro não faz, porém, dos Açorianos portugueses como os outros. De facto, embora portuguesa, a população açoriana retiraria a sua especificidade do facto de descender dos

portugueses do século XV, [...] daqueles valorosos soldados que um século antes, cheios de patriotismo, haviam firmado com sangue a nossa independência,

¹³ Para uma análise dos reflexos da conjuntura político-cultural portuguesa dos anos 10 e 20 nos Açores, cf. Cordeiro 1995, e Enes 1996.

cobrando-se de glória em Aljubarrota; portugueses da época mais notável da nossa vida nacional; portugueses fortes e leais, *ainda não depauperados pelas conquistas nem corrompidos pelo ouro do Oriente; portadores de todas as virtudes da nossa raça, de todas as grandes qualidades que tornaram gloriosa a nossa história*. Fortes de corpo e alma, leais em extremo, amantes da honra e desprezadores da vida, cheios de fé em Deus, tendo por ideal a constituição de uma pátria maior, enriquecida e gloriosa, tais foram os nossos avós, os primeiros colonos do arquipélago (*id*: 4, sublinhado meu).

Isolados no meio do Atlântico, esses descendentes dos portugueses dos Descobrimentos ter-se-iam posto ao abrigo, por um lado, das influências históricas que, em Portugal continental, teriam contribuído para uma descaracterização do legado quatrocentista. E manteriam também, em virtude mais uma vez do isolamento, uma particular capacidade de resistência ao que, vindo de fora, comprometeria a nacionalidade:

se atentarmos em como o português é fácil de assimilar os usos, os costumes, as modas, tudo o que vem do estrangeiro, melhor compreenderemos *o que há a mais de nacional no habitante das ilhas em relação ao do continente*, que recebe a todo o momento influência estranha (*id*.: 6, sublinhado meu).

Pela sua ênfase darwinista no isolamento ilhéu como factor de conservação, o argumento de Luís Ribeiro possui inequívocas semelhanças com o desenvolvido trinta e cinco anos antes por Arruda Furtado. Só que opera simultaneamente uma completa inversão da interpretação das consequências desse isolamento. Este, para Arruda Furtado — que fala ainda em termos de uma distância geográfica “ressentida” —, teria colocado os Açorianos à margem das novas ideias e ter-se-ia revelado um factor de estagnação e retrocesso da cultura açoriana. Em Luís Ribeiro — que fala já em termos de uma diferença cultural valorizada positivamente — o isolamento é encarado, pelo contrário, como um factor de imunização da cultura açoriana contra a decadência da cultura portuguesa posterior aos Descobrimentos, de manutenção das qualidades positivas entretanto perdidas na metrópole e de resistência actual contra as influências desnacionalizadoras.

Nesses termos, sendo aparentemente um “tipo [...] diferente do continental, o ilhéu é no íntimo *mais e melhor português do que ele*” (*id.*, *ibid.*, sublinhado meu). Isto é: vistos primeiro — em Arruda Furtado — como portugueses “atrasados”, e depois — com os ideólogos autonomistas — como “portugueses etnogenealógicamente problemáticos”, os Açorianos passam agora a ser vistos como “mais e melhores portugueses”. A especificidade da sua etnogenealogia — em particular — deixa de ser procurada num mecanismo de distanciamento em relação a Portugal, mas passa a assentar, ao contrário, num processo em que se reclama uma “portugalidade” acrescida e mais nobre para os Açorianos.

Começando por ter uma dimensão etnogenealógica destacada, a ideia do açoriano como representativo do português de Quatrocentos possui também importantes consequências em termos de psicologia étnica. Descendente do

português de Quatrocentos, o Açoriano possuiria igualmente as qualidades deste, como o provaria abundantemente a história do arquipélago, povoada de personalidades caracterizadas pelo “amor da pátria, a lealdade, a bravura, a honradez dos velhos capitães dos séculos XIV a XVI” (*id.*: 7). Essas qualidades — de acordo com Luís Ribeiro — não se limitariam apenas ao “escol da gente” açoriana mas estender-se-iam ao “povo todo” (*id., ibid.*).

Como ficou sugerido atrás, a chave explicativa para a persistência desse tipo étnico seria o isolamento do meio ilhéu, seria a insularidade: “numa ilha isolada pelo mar do resto do mundo [...] persistem os caracteres dos seus habitantes” (*id.*: 4). Só que esta, ao mesmo tempo que teria conservado um conjunto de elementos arcaicos, teria também introduzido nesse tipo características próprias suplementares, ligadas às peculiaridades geográficas do meio insular. Assim, a psicologia étnica açoriana seria, por exemplo, mais branda e sonhadora, “em razão da proximidade do mar e da suavidade do clima temperado e húmido” (*id., ibid.*). As canções açorianas, ao mesmo tempo que conservariam as formas da canção portuguesa tradicional, teriam ganho “um movimento mais lento, com um excessivo predomínio da nota sensível que lhes imprime demasiada sensualidade” (*id.*: 6). No carácter açoriano haveria sobretudo — vale a pena retê-lo — um saudosismo ainda mais acerado: “o delicioso pungir do acerbo espinho e a suydade que faz chorar e suspirar, ninguém a sentiu tão intensamente, ninguém a exprimiu melhor que o poeta povo dos Açores” (*id., ibid.*).

Isto é: embora se mantenha o acento numa etnogenealogia e numa psicologia étnica próprias, estas são agora vistas num quadro distinto do proposto pelos ideólogos autonomistas. Em contraposição à orientação exclusivista das suas teses, há como que um alinhamento do discurso “açorianista” com o discurso da “portugalidade”. É a esse respeito significativo o peso concedido por Silva Ribeiro ao “quatrocentismo” na etnogenealogia dos Açores ou ao saudosismo na caracterização da psicologia étnica açoriana. Em ambos os casos estamos perante a apropriação regionalista de temas essenciais à definição da “portugalidade” nesse período. De facto, na emblematização do português dos Descobrimentos ecoa o peso que esse motivo possuía — desde pelo menos finais do século XIX — no imaginário nacionalista da época, em particular em associação com temas como a decadência e a regeneração nacionais. Quanto à saudade, desde 1911 que Teixeira de Pascoaes a tinha proposto não apenas como a essência psicológica do “ser português”, mas também como o nó estruturador do seu programa de regeneração da pátria.

Fazendo desses dois motivos emblemas para a definição da especificidade dos Açores, Silva Ribeiro está a recorrer a dois temas fortes do imaginário nacionalista para afirmar os Açores como uma espécie de “quintessência” de Portugal. Esse dispositivo — como mostrou Anne-Marie Thiesse (1997) para o caso francês — é relativamente recorrente no discurso regionalista. De facto, da mesma maneira que o nacionalismo se baseia frequentemente na desconstrução nacionalizadora de temas locais ou regionais (Foster 1991), o discurso regionalista, pelo seu lado, procede não menos assiduamente a uma

recontextualização particularizadora desses mesmos temas. Mas enquanto na generalidade dos casos essa recontextualização se articula com uma noção da região como uma espécie de miniatura da nação, aqui o seu efeito é mais complexo. De facto, a “portugalidade acrescida” dos Açores é um argumento que fala tanto do carácter português dos Açores, como da identidade própria dos Açores por referência ao todo nacional. Por outro lado, essa seria apenas uma parte da história, uma vez que a essa “portugalidade acrescida” — encarada como factor de diferenciação — se somariam depois factores de individualização determinados pela circunstância insular. Isto é, embora se torne mais inclusivo do que o dos ideólogos autonomistas, o regionalismo de Silva Ribeiro é, de qualquer modo, um regionalismo diferenciador. Os desenvolvimentos posteriores do discurso açorianista confirmarão — em particular no respeitante ao domínio da psicologia étnica — essa sua dimensão.

A “invenção” da açorianidade: retorno a Nemésio

Formuladas em 1919, estas ideias de Silva Ribeiro virão a revelar-se decisivas nos debates posteriores sobre a identidade açoriana. Este conhecerá a partir de então um forte impulso, inseparável das tendências regionalistas que, vindas de trás — como vimos —, continuarão a marcar a vida cultural portuguesa das décadas seguintes.

Esse impulso tem justamente como protagonista principal “Monsieur Queimado” ele próprio — ou seja, Vitorino Nemésio — e passa por dois ensaios fundamentais, escritos respectivamente em 1929 — *O Açoriano e os Açores* (Nemésio 1986b) — e em 1932 — *Açorianidade* (Nemésio 1986c).

No ensaio de 1929, embora haja uma certa abertura aos contributos de “outras nações” na formação etnogenética dos Açores, reencontramos de novo uma etnogenealogia que faz dos Açorianos — vistos como “um exemplar aproximado do português da segunda metade de Quatrocentos” (Nemésio 1986b: 319) — “mais e melhores portugueses” e dos Açores — de acordo com a formulação proposta pelo hispanista Marcel Bataillon — “une espèce de Portugal à la deuxième puissance” (*id.*: 327). “Os Açores”, escreve Nemésio, “são [...] um Portugal requintado porque receberam dele a forma e o pensamento quando Portugal [...] era uma força em marcha” (*id.*, *ibid.*).

Quanto à psicologia étnica, ao mesmo tempo que prolongaria esta definição do Açoriano, é abordada de forma mais contraditória. Nemésio começa, é certo, por evocar um tipo geral de Açoriano caracterizado “pelo aferro ao trabalho e por uma docilidade de maneiras que esconde dureza de acção” (*id.*: 322). Mas se o faz é para, de imediato, insistir na diversidade psicológica desse *Homo açorensis* por intermédio de uma tipologia que distingue três categorias distintas de açoriano — o Micaelense, o homem das ilhas de baixo¹⁴ e o Picaroto (designação por que são conhecidos os naturais da ilha do Pico).

¹⁴ “Ilhas de baixo” é a designação dada nos Açores às ilhas do Grupo Central — Terceira, São Jorge, Graciosa, Faial e Pico — e do Grupo Oriental — Flores e Corvo. Embora use esta terminologia abrangente, ao falar das ilhas de baixo

O Micaelense, mais “castiço”,

revela desde a fala ao tom bosselado das feições uma preocupação de insularismo tão estreme, tão rija e calada que em toda a parte o impõe como alguém que é alguém. Porventura lesado na partilha dos dons agradáveis, insinuantes, que foram ter de preferência aos seus irmãos das outras ilhas, é ele que levanta a enxada mais alto, a crava mais fundo, e com mais vigor lhe extrai a terra já dócil ao grão e já penetrável ao tubérculo (*id.*, *ibid.*).

Em contraste com a índole étnica áspera e trabalhadora do Micaelense, o homem das ilhas de baixo — com relevo para o Terceirense — seria marcado por qualidades como a “amenidade, alguma manha, e principalmente uma bizzarria que trai a coabitação com o castelhano durante meia centúria. Dos ilhéus é ele o mais festeiro” (*id.*: 323), como o mostrariam as touradas à corda ou o culto do Divino Espírito Santo. Finalmente, o Picaroto — que Nemésio afirma ser “a nata das ilhas” — caracterizar-se-ia por “uma concepção séria da vida, temperada embora por uma ingenuidade que é o segredo do seu triunfo nas lides a que se entrega” (*id.*: 325).

Vimos no início deste artigo que a conceptualização dos Açores como um espaço de diferença exigia, entre outros requisitos, uma gestão integradora das diferenças existentes entre as ilhas do arquipélago, susceptível de o constituir num todo dotado de unidade e homogeneidade. Foi então observado que essa operação se poderia revelar particularmente delicada, dada a descontinuidade geográfica do arquipélago, a real diversidade cultural das ilhas e a inexistência, durante o período considerado, de um sentimento generalizado de identidade regional, substituído frequentemente por aquilo que vários autores têm designado de “bairrismo” insular. De alguma forma, este primeiro ensaio de Nemésio consagrado à conceptualização da especificidade açoriana é um dos melhores exemplos das dificuldades inerentes a essa gestão integradora das diversidades do arquipélago. Embora todo o artigo esteja construído no sentido da demonstração da singularidade dos Açores tal como esta se expressaria numa “ética própria, numa vida [...] em muitos pontos especializada e diferenciada” (*id.*: 317), ao tentar aprofundar o tema, designadamente do ponto de vista da psicologia étnica, Nemésio vê-se confrontado com a necessidade de uma descrição relativamente mais pluralista da realidade insular.

Dada desta forma contraditória no texto de 1929, a ideia de uma unidade psicológica do Açoriano reencontra-se entretanto no texto de 1932. Definindo aí de novo os Açores como “um corpo autónomo de terras portuguesas, um autêntico viveiro de lusitanidade quatrocentista” (Nemésio 1986c: 401), Nemésio está agora sobretudo interessado numa caracterização de conjunto das particularidades da psicologia insular ancorada nas especificidades da geografia açoriana. “A geografia vale outro tanto que a história” (*id.*: 401 e 402) e seria, portanto, a partir de factores geográficos como o isolamento — “a embriaguez

Nemésio tem sobretudo em vista a Terceira — sua ilha natal —, sendo praticamente inexistentes as referências concretas a outras ilhas, com excepção do Pico, que Nemésio considera entretanto como um caso à parte.

do isolamento”, como escreve Nemésio (*id.* 401) —, a proximidade do mar, a penetração da alma pelo clima e pela terra vulcânica que se poderia perceber a especificidade da psicologia colectiva açoriana.

Dando particular visibilidade ao factor geográfico na argumentação da especificidade da psicologia étnica açoriana, o texto de 1932 — um ensaio curtíssimo, escrito num tom impressionista e literário —, ao mesmo tempo que corrige a aproximação mais pluralista de 1929, retira sobretudo a sua importância do modo como dá um nome a essa unidade psicológica exclusivamente açoriana: “açorianidade”. Na sequência de várias tentativas empreendidas no decurso dos anos 20, construídas principalmente em torno da expressão “açorianismo” (cf. Cordeiro 1995), estava finalmente encontrado um nome para a especificidade dos Açores.

Conjugando *O Açorianos e os Açores e Açorianidade*, vemos então fixar-se em Vitorino Nemésio um modelo de reflexão sobre a identidade dos Açores que a pensa por referência a dois registos principais: a etnogenealogia — o Açoriano como um português de Quatrocentos — e a psicologia étnica — ainda o português de Quatrocentos, mas, simultaneamente e sobretudo, a valorização dos factores de especificidade introduzidos pelo “viveiro insular” enquanto realidade geográfica na configuração da cultura açoriana como um estado de espírito próprio.

De novo Luís Ribeiro: a “geografia” da alma açoriana

Insuficientemente desenvolvidos — mais impressionisticamente sugeridos do que propriamente demonstrados de forma exaustiva — no texto de 1932, estes factores de especificidade serão depois mais detalhadamente trabalhados, em particular do ponto de vista etnográfico, por Luís Ribeiro nos seus *Subsídios para Um Ensaio sobre a Açorianidade* (1983c [1936]).

O ensaio começa por incluir algumas referências iniciais ao tema da etnogenealogia dos Açores, marcadas mais uma vez pela preocupação de reiterar a origem basicamente portuguesa da população do arquipélago. Embora faça referência a elementos étnicos estrangeiros — nomeadamente o flamengo — na colonização dos Açores, Luís Ribeiro enfatiza de novo que “o grosso da população é e sempre foi, contudo, portuguesa” (1983c: 520). Mas o grande objectivo dos *Subsídios...* é o de, no seguimento do ensaio de Nemésio consagrado à açorianidade, proceder à sistematização das particularidades da psicologia étnica açoriana. Na prossecução desse objectivo, Luís Ribeiro retoma e amplia o ponto de partida geográfico de Nemésio. Como é dito logo no início do ensaio, o autor procurou fixar aquilo que se lhe afigurou

mais característico no meio açoriano — o vulcanismo, a presença constante do mar, a insularidade ou o isolamento do resto do mundo, a humidade do ar, a nebulosidade do céu, a temperatura oscilante entre estreitos limites, a pressão atmosférica, os vendavais e tempestades, a diferença entre as ilhas e o continente pelo que respeita às condições geográficas e da paisagem (*id.*: 515),

para, a partir daí,

verificar quais as qualidades morais comuns a todos os ilhéus [...] e ver até que ponto estas qualidades morais e a sua feição própria eram consequência das condições mesológicas, ou, pelo menos quais as possíveis relações entre umas e outras (*id.*: 515-516).

Nesta procura de correspondências entre “condições mesológicas” e “qualidades morais”, o lugar de destaque vai, antes do mais, para o vulcanismo. Partindo do princípio de que este “provoca no homem e até nos animais uma impressão de incerteza e dúvida, um sobressalto constante, que deixa fundos sulcos no seu moral” (*id.*: 524), Luís Ribeiro considera-o responsável por aquilo que ele classifica de “extrema religiosidade do povo das ilhas” (*id.*, *ibid.*). Essa religiosidade, embora mais marcada em São Miguel — como o mostrariam as Romarias Quaresmais e o culto do Senhor Santo Cristo —, reencontrar-se-ia em todas as ilhas e ganharia também — mais uma vez devido ao vulcanismo — uma feição característica, particularmente bem expressa no culto do Espírito Santo:

em todas as ilhas há no fundo das almas o receio pelo *castigo divino*, parecendo que a noção de Deus vingador e terrível se sobrepõe à de Deus misericordioso, Deus caridade e amor. Traduz este conceito o facto de o povo dizer o Espírito Santo muito vingativo e ainda o do escrúpulo com que cumpre todos os votos e promessas (*id.*: 526).

A par do vulcanismo, outra circunstância geográfica que contribuiria para a especificidade da psicologia étnica açoriana seria a humidade. Esta, combinada com variações pouco significativas de temperatura, seria responsável pela indolência característica do temperamento açoriano. Retomando a ideia do *azorean torpor*, formulada no século XIX pelos irmãos Bullar (Bullar e Bullar 1986 [1841]), Luís Ribeiro enfatiza o modo como no “ambiente morno dos Açores todas as energias se quebram”, gerando essa “indolência peculiar dos Açorianos” (*id.*: 531) com múltiplas expressões na cultura popular do arquipélago: desde o tom arrastado e lento da música popular já referenciado em “*Os Açores de Portugal*”, até “aos movimentos rudes, desgraciosos e esforçados” (*id.*: 530-531) da grande maioria das danças populares, passando pelas “falas mansas a arrastadas” (*id.*: 531) do modo de conversação diário ou pelo entusiasmo contido com que os Açorianos participam em festas ou divertimentos — com “mais excitação do que alegria” (*id.*, *ibid.*).

Para além da indolência física, a humidade, associada à nebulosidade, seria também responsável pelo “tom sombrio” da alma açoriana, “que é, quanto ao espírito, coisa semelhante à indolência física” (*id.*: 532.). Esse estado de espírito seria tanto mais importante quanto para o seu reforço contribuiriam outros factores “mesológicos” como a proximidade do mar. Esta, ao mesmo tempo que seria responsável pela emigração como uma das principais constantes da história e da cultura açorianas, ajudaria de facto a acentuar — em conjugação

com a “tristeza da paisagem” (*id.*, *ibid.*) — essa tonalidade triste do carácter açoriano. Retomando um argumento que já havia empregue em 1919, Luís Ribeiro considera que seria justamente esse “tom sombrio” da alma açoriana o responsável pelo exacerbamento — por referência à população de Portugal continental — da saudade e do saudosismo na psicologia étnica açoriana: “produto da alma portuguesa, mercê de circunstâncias do meio geográfico, a saudade não só vicejou nos Açores, como neles se ampliou” (*id.*: 535).

Reflectindo-se em particular no cancionero popular açoriano, esse saudosismo exacerbado e ampliado teria sido também influenciado por razões de natureza histórica, entre as quais — para além da emigração — avultariam as ligadas aos tempos iniciais do povoamento:

arrancados às terras onde tinham nascido e onde viviam, os primeiros povoadores do arquipélago levaram nas ilhas uma vida dura e difícil, bem de molde a recordar-lhes saudades delas [...]. A lembrança da casinha tranquila e confortável na província natal devia estar sempre presente no espírito dessa gente rude e aventureira. Daí a saudade do tempo passado [...] (*id.*: 533).

Exacerbando o saudosismo próprio da psicologia étnica portuguesa, o tom sombrio da alma açoriana seria também a chave explicativa para a maior importância — por referência mais uma vez a Portugal continental — que o “espírito satírico” (*id.*: 545) assumiria no cancionero açoriano, em particular em canções como *As Velhas*, *O Bravo*, o *Samaciao* ou o *Pezinho* de São Miguel:

não é a alegria que produz a sátira: é a melancolia e a tristeza. [...] A sátira nasce do espírito triste e misantropo, que disfarça a tristeza interior rindo-se dos outros e se compraz em contemplar os defeitos e desgraças alheias, na esperança de encontrar nessa contemplação um lenitivo para as próprias. O açoriano, impregnado da tristeza da paisagem, preocupado subconscientemente com os sismos e os vendavais sempre iminentes, abatido pelo *azorean torpor*, desforra-se rindo dos outros, das suas fraquezas, dos seus ridículos que maldosamente amplifica (*id.*, *ibid.*).

Finalmente, o isolamento — pesando “extraordinariamente sobre as almas” (*id.*: 537) — seria outra das circunstâncias “mesológicas” determinantes na configuração específica do temperamento açoriano. Responsável pela conservação de inúmeros traços culturais arcaizantes, por um forte “apego à terra” (*id.*: 542) e pela limitação do conceito de pátria à ilha de naturalidade, ele teria sobretudo imprimido um carácter particularmente “servil e humilde” à “gente do povo” (*id.*, *ibid.*), incapaz de contrariar “os desmandos e violências das classes ricas” facilitados pelo “enfraquecimento do poder central” (*id.*: 539). Auxiliada por factores como “a humidade do clima temperado, [...] a indolência peculiar do açoriano e certa tristeza que a paisagem causa” (*id.*: 542), esta atitude “servil” combinar-se-ia entretanto, por um lado, com a “astúcia”, a “dissimulação” e a “manha” “como forma de ladear as dificuldades” (*id.*, *ibid.*).

E encontrar-se-ia, por outro lado, em declínio, particularmente em certas ilhas, em que — em virtude da extinção dos morgadios e de uma maior democratização do acesso à propriedade — “têm mudado as condições económicas de vida da gente das freguesias rurais” (*id.: ibid.*)¹⁵.

Desenvolvendo e ampliando algumas sugestões já presentes em *Os Açores de Portugal* à luz da açorianidade de Vitorino Nemésio, Luís Ribeiro procede, pois, nos *Subsídios...* a uma sistematização aprofundada daqueles que considera serem os elementos estruturantes da psicologia étnica açoriana. Dado o peso que nela ocupa um conjunto de correspondências entre “condições mesológicas” e “qualidades morais”, essa sistematização pode ser apresentada como uma verdadeira “geografia da alma açoriana”, por intermédio da qual é retomado, reconfigurado e expandido um conjunto de temas até aí dispersos na reflexão sobre a unidade e a diferença dos Açores ao nível da psicologia étnica. Definidos anteriormente em termos etnogenealógicos como “mais e melhores portugueses”, os Açorianos são agora vistos, neste plano analítico mais comprometido com o enunciado de um “espírito colectivo” próprio, como “portugueses diferentes”.

Simultaneamente, os *Subsídios...* retiram a sua importância do modo como procedem a um trabalho de “objectificação” (Handler 1988) da cultura popular açoriana encarada a partir dessas diferenças “morais”. Isto é, não se trata apenas de estabelecer a influência que a geografia tem na formação do carácter étnico açoriano e de o sistematizar a esta luz, trata-se também de proceder ao levantamento, na cultura popular açoriana, dos objectos etnográficos susceptíveis de ilustrarem essa especificidade etno-cultural.

Essa tendência encontra-se obviamente nalguns dos outros textos que passámos em revista. Mas é aqui que ela ganha maior consistência. Várias expressões da cultura popular açoriana até aí tratadas de forma mais dispersa são agora formalmente apropriadas como signos da “açorianidade”. Rituais religiosos — como as Festas do Espírito Santo, as Romarias Quaresmais de São Miguel ou a Festa do Santo Cristo —, o cancionero, a música popular ou as danças tradicionais deixam de ser encarados como expressões contingentes e dispersas do viver popular nas ilhas para passarem a ser vistos como objectos emblemáticos do “ser açoriano”, objectos que só os Açores possuem, objectos que os Açores possuem e outros não, objectos sobre os quais repousa a possibilidade mesmo de demonstração da identidade açoriana¹⁶.

¹⁵ Vale a pena sublinhar esta dupla especificação feita por Luís Ribeiro à “servilidade” do carácter açoriano. A preocupação do autor parece ser a de retirar eficácia descritiva a um traço de personalidade susceptível de introduzir elementos excessivamente negativos no retrato do Açoriano.

¹⁶ É nesta linha de “objectificação” da cultura popular açoriana que podem ser lidos alguns textos da produção etnográfica de Luís Ribeiro posterior aos *Subsídios...* Cf., em particular, a importância de ensaios como *O Mar no Cancioneiro Popular dos Açores* (1982b [1940]), *A Saudade na Poesia Popular Açoriana* (1982c [1953]) ou *A Propósito de Uma Canção Popular Terceirense — As Velhas* (1983d [1946]), no tratamento mais detalhado de certos aspectos ou géneros precisos do cancionero e da poesia popular açoriana à luz das ideias inicialmente formuladas nos *Subsídios...*

Observações finais

Justamente porque procedem a este duplo trabalho de caracterização sistematizada da psicologia étnica açoriana e de objectificação “possessiva” (Handler 1988) da “açorianidade”, os *Subsídios para Um Ensaio sobre a Açorianidade* constituem um marco decisivo no processo de construção da açorianidade. Não é que, depois deles, mais mitos de Monsieur Queimado — incluindo *Le Mythe de Monsieur Queimado* propriamente dito — não continuem a ser produzidos. O próprio Luís Ribeiro, cuja abordagem da questão etnogenética nos *Subsídios...* era relativamente sumária, voltará a ela com mais detalhe em 1941 — com *A Formação Histórica dos Açores* (Ribeiro 1983e) — e em 1964 — com *A Pretendida Influência Nórdica do Povo Micaelense* (Ribeiro 1983f) ¹⁷.

Mas, no essencial, em 1936, com os *Subsídios de Um Ensaio sobre a Açorianidade*, chega ao seu termo a fase mais significativa desse processo de procura de um rosto identitário para os Açores que poderíamos designar por invenção da açorianidade. A partir daí, existe antes do mais um nome para esse rosto: a “açorianidade”. Existe também um certo número de consensos sobre o que se esconde por detrás desse rosto: uma narrativa de origem étnica, um elenco de traços psicológicos próprios justificados em larga medida por uma geografia ela própria singular, uma cultura popular marcada por “formações” específicas, etc... E existe finalmente a possibilidade de prosseguir um programa de investigação que possa aplicar algumas destas ideias aos mais variados domínios da vida açoriana. É justamente a essa luz que podem ser interpretadas algumas das comunicações apresentadas às Semanas de Estudos dos Açores realizadas no decurso dos anos 60 e o modo como privilegiam a discussão dos factores de unidade e diferença do arquipélago ¹⁸. É também sob o signo da açorianidade que — a partir dos anos 80 — tomará corpo o debate, que prossegue até aos nossos dias, sobre açorianidade e literatura ¹⁹. Finalmente, é ainda para a importância da açorianidade que nos remete — nos anos 80

¹⁷ Em ambos os casos trata-se de, partindo das ideias inicialmente afirmadas em *Os Açores de Portugal*, reiterar a etnogeneologia essencialmente portuguesa dos Açores e proceder a uma contestação mais detalhada das teses que defendiam a existência de influências estrangeiras na cultura popular açoriana. Em *A Formação Histórica do Povo dos Açores*, essa contestação incide sobre as teses que defendiam a importância de influências flamengas, espanholas e celto-bretãs na cultura popular das ilhas. No tocante à influência flamenga, Luís Ribeiro confere particular destaque à contestação da tese das raízes flamengas da Festa de São Marcos no Pico e no Faial, proposta no início do século por Afonso de Chaves (1906). Pondo também em causa a influência espanhola nas touradas da Terceira, Luís Ribeiro dedica por fim particular atenção à contestação das teses — inicialmente formuladas por Arruda Furtado (1884), e posteriormente retomadas por autores como Eugénio Pacheco e Herculano de Medeiros — que, apoiando-se nomeadamente na existência de uma “povoação designada Bretanha na ilha de São Miguel” (1983e: 60), defendiam a importância de uma presumível influência celta na população micaelense. Surgindo na sequência deste ensaio, *A Pretendida Influência Nórdica do Povo Micaelense*, pelo seu lado, é consagrada à contestação mais detalhada dessas teses que, na formulação inicial proposta por Arruda Furtado, devem ser vistas como um dos raros testemunhos do “celticismo” na etnografia portuguesa. Como se sabe, o celticismo — embora com prolongamentos para o século XX — teve uma particular voga no século XIX (cf. Chapman 1978 e 1992 para uma abordagem do celticismo).

¹⁸ Cf., em particular, Agostinho 1963, e Rosa 1965.

¹⁹ Uma das figuras centrais desse debate é Onésimo Teotónio de Almeida. Cf. Almeida 1989, para alguns dos textos mais relevantes.

e 90 — o desenvolvimento do discurso açorianista pós-autonómico, particularmente na sua faceta transnacional (a respeito do conceito de transnacionalidade, cf. Basch, Schiller e Blanc 1994) ²⁰.

Em muitos destes desenvolvimentos é a sombra de alguns destes textos que constantemente se perfila, como nos ensaios de Onésimo Teotónio de Almeida sobre literatura e açorianidade ou em muitas das intervenções e discursos pronunciados nas sucessivas edições dos Congressos de Comunidades Açorianas. Mas, saindo do âmbito cronológico que este artigo se propôs cobrir, esses vários outros mitos de Monsieur Queimado aguardam o seu etnógrafo. Verificar a persistência e/ou as ausências, bem como as eventuais transformações daqueles que considerámos como os temas centrais da açorianidade — uma etnogenealogia própria, uma psicologia étnica específica —, perceber em que sentido é que se estendeu o trabalho de objectificação cultural iniciado por Luís Ribeiro, são certamente direcções de trabalho a ter em conta por essa etnografia dos mitos de Monsieur Queimado que se sucedem ao *Mythe de Monsieur Queimado* propriamente dito. Simultaneamente — no seguimento das propostas enunciadas por Raphael Samuel e Paul Thompson em *The Myths We Live By* (1990) —, essa etnografia não poderá deixar de perceber de que forma e até que ponto é que esses mitos “vivem” e qual a sua influência sobre os modos de construção das identidades das pessoas e dos grupos nos Açores de hoje.

BIBLIOGRAFIA

- AGOSTINHO, José, 1963, “As Dominantes Histórico-Sociais do Povo Açoriano”, in *Livro da II Semana de Estudos dos Açores*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 139-163.
- ALMEIDA, Onésimo Teotónio, 1989, *Açores, Açorianos, Açorianidade. Um Espaço Cultural*, Ponta Delgada, Signo.
- ANDERSON, Benedict, 1991 [1983], *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Londres-Nova Iorque, Verso.
- BASCH, Linda, N. G. SCHILLER e C. S. BLANC, 1994, *Nations Unbound. Transnational Projects, Postcolonial Predicaments and Deterritorialized Nation-States*, Basel, Gordon and Breach Publishers.
- BULLAR, Joseph, e Henry BULLAR, 1986 [1841], *Um Inverno nos Açores e Um Verão no Vale da Furna*, trad. de João H. Anglin, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- CHAPMAN, Malcolm, 1978, *The Gaelic Vision in Scottish Culture*, Londres, Croom Helm.
- , 1992, *The Celts, The Construction of a Myth*, Londres, MacMillan.
- CHAVES, F. Afonso, 1906, *As Festas de S. Marcos nalgumas Ilhas dos Açores e a Sua Origem Provável*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- CONNOR, Walker, 1990, “When is a Nation?”, *Ethnic and Racial Studies*, 13 (1), 92-103.
- CORDEIRO, Carlos, 1994, “Introdução”, MOTTA, Aristides da, *Autonomia Administrativa dos Açores*, Ponta Delgada, Jornal da Cultura, 9-47.
- , 1995, “Regionalismo e Identidade Açoriana. O Debate nos Anos 20”, in *Actas do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores. Vol I. A Autonomia no Plano Histórico*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 277-287.

²⁰ A realização do I Congresso de Comunidades Açorianas, em 1978, é um dos marcos iniciais mais importantes desse processo de transnacionalização da açorianidade. Edições posteriores do Congresso tiveram lugar em 1986, 1991 e 1995. A acção do Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas foi um dos instrumentos decisivos deste processo de construção da açorianidade entre as comunidades de emigrantes açorianos.

- DUMONT, Louis, 1983 [1979], "Une variante nationale. La nation chez Herder et Fichte", *Essais sur l'Individualisme. Une Perspective Anthropologique sur l'Idéologie Moderne*, Paris, Seuil, 115-131.
- ENES, Carlos, 1996, "Luís Ribeiro e a sua Época", RIBEIRO, Luís Silva, *Obras IV. Escritos Político-Administrativos*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira — Secretaria Regional da Educação e Cultura, 13-98.
- FERNANDEZ, James, 1994, "The Dilemmas of Provincial Culture and the Framing of Anthropological Inquiry", SANMARTIN, Ricardo (ed.), *Antropologia sin fronteras. Ensayos en honor a Carmelo Lisón*, Madrid, CIS, 71-91.
- FOSTER, Robert, 1991, "Making National Cultures in the Global Ecumene", *Annual Review of Anthropology*, 20, 235-260.
- FURTADO, Arruda, 1884, *Materiais para o Estudo Antropológico dos Povos Açorianos. Observações sobre o Povo Micaelense*, Ponta Delgada.
- HANDLER, Richard, 1988, *Nationalism and the Politics of Culture in Quebec*, Madison, The University of Wisconsin Press.
- HOBBSAWM, Eric, e T. RANGER (eds.), 1983, *The Invention of Tradition*, Cambridge, Cambridge University Press.
- JOÃO, Maria Isabel, 1991, *Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Edições Cosmos.
- , 1991-92, "Origens e Causas dos Movimentos Autonomistas Açorianos", in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, X, 1-33.
- LEITE, José G. Reis, 1983, "Para uma Leitura da *Corografia Açórica* de João Soares d'Albergaria de Sousa", *Arquipélago*, Série Ciências Humanas, n.º especial, 279-317.
- , 1990, "Introdução", DRUMOND, Francisco F., *Apartamentos Topográficos, Políticos, Cívicos e Eclesiásticos para a História das Nove Ilhas dos Açores Servindo de Suplemento aos Anais da Terceira*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, I-XXIV.
- , 1994, "Palavras Prévias", SEQUEIRA, Mont'Alverne de, *Questões Açorianas*, Ponta Delgada, *Jornal da Cultura*: 9-21.
- MOTTA, Aristides da, 1987 [1892], "Projecto de Lei apresentado à Câmara dos Srs. Deputados na sessão de 31 de Março de 1892", *A Autonomia dos Açores na Legislação Portuguesa 1892-1947*, organização, prefácio e notas de José G. Reis Leite, Horta, 15-20.
- , 1994 [1893], *Autonomia Administrativa dos Açores*, Ponta Delgada, *Jornal da Cultura*.
- NEMÉSIO, Vitorino, 1986a [1940], "Le Mythe de Monsieur Queimado", GOUVEIA, M. Margarida (ed.), *Vitorino Nemésio. Estudo e Antologia*, Lisboa, ICALP, 403-415.
- , 1986b [1929], "O Açoriano e os Açores", GOUVEIA, M. Margarida (ed.), *Vitorino Nemésio. Estudo e Antologia*, Lisboa, ICALP, 317-329.
- , 1986c [1932], "Açorianidade", GOUVEIA, M. Margarida (ed.), *Vitorino Nemésio. Estudo e Antologia*, Lisboa, ICALP, 401-402.
- ORMONDE, Helena, 1996, *Entre Localismo e Cosmopolitismo. O Museu de Angra do Heroísmo de 1942 a 1979*, Lisboa, FCSH - UNL (tese de mestrado policopiada).
- PIRES, António Machado, 1988, "O Mito de Monsieur Queimado — Uma Imagem Mítica dos Açores", *Conhecimento dos Açores através da Literatura. Comunicações Apresentadas na IX Semana de Estudos dos Açores*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 85-93.
- RAMOS, Rui, 1994, "A Segunda Fundação (1890-1926)", MATTOSO, José (ed.) *História de Portugal*, Vol. VI, Lisboa, Círculo de Leitores.
- RIBEIRO, Luís da Silva, 1982a, *Obras I. Etnografia Açoriana*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira — Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- , 1982b [1940], "O Mar no Cancioneiro Popular dos Açores", *Obras I. Etnografia Açoriana*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira — Secretaria Regional da Educação e Cultura, 223-240.
- , 1982c [1953] "A Saudade na Poesia Popular Açoriana", *Obras I. Etnografia Açoriana*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira — Secretaria Regional da Educação e Cultura, 659-677.
- , 1983a, *Obras II. História*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira — Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- , 1983b [1919], "Os Açores de Portugal", *Obras II. História*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira — Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1-17.
- , 1983c [1936], "Subsídios para um Ensaio sobre a Açorianidade", *Obras II. História*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira — Secretaria Regional da Educação e Cultura: 515-556.
- , 1983d "A propósito de uma Canção Popular da Terceira — *As Velhas*", *Obras II. História*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira — Secretaria Regional da Educação e Cultura: 565-569.

- , 1983e [1941], "A Formação Histórica do Povo dos Açores — Subsídios para o seu Estudo", *Obras II. História*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira — Secretaria Regional da Educação e Cultura: 45-68.
- , 1983f [1964], "A Pretendida Influência Nórdica no Povo Micaelense", *Obras II. História*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira — Secretaria Regional da Educação e Cultura, 556-564.
- , 1983g, *Obras III. Vária*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira — Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- , 1996, *Obras IV. Escritos Político-Administrativos*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira — Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- ROSA, Júlio da, 1965, "A Consciência de Comunidade na Vida e História do Povo Açoriano", in *Livro da III Semana de Estudos dos Açores*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 33-77.
- SAMUEL, Raphael, e Paul THOMPSON (eds.), 1990, *The Myths We Live By*, Londres-Nova Iorque, Routledge.
- SEQUEIRA, Mont'Alverne de, 1994 [1894], *Questões Açorianas*, Ponta Delgada, Jornal da Cultura.
- SMITH, Anthony D., 1991, *National Identity*, Hardsmontworth, Penguin.
- THIESSE, Anne-Marie, 1997, *Ils apprennaient la France. L'Exaltation des régions dans le discours patriotique*, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- VVAA, 1982, *In Memoriam de Luís da Silva Ribeiro*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura.

João Leal

"AÇORIANIDADE": LITERATURE, POLITICS,
ETHNOGRAPHY (1880-1940)

This article focuses on some of the most representative essays written between 1880 and 1940 by Azorean scholars interested in asserting the identity of the archipelago vis à vis continental Portugal. Although originating from different disciplinary and discursive traditions, such as politics, literature and ethnography, those essays share a strong emphasis on topics like folk, ethnic roots and culture. Ethnogenealogy, ethnic psychology and the "objectification" of Azorean folk culture, in particular, are shown to be the major arguments for Azorean identity among the authors analysed.

Departamento de Antropologia do ISCTE
Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE)
e-mail: joao.leal@iscte.pt